



### ATA 293

1 Aos vinte e oito dias do mês de setembro de dois mil e dezessete, às quatorze horas,  
2 realizou-se reunião ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social de Ponta  
3 Grossa, em sua sede no Centro de Ação Social, sob a convocação de seu presidente José  
4 Geraldo Berger. Fizeram-se presentes os seguintes **conselheiros titulares**  
5 **governamentais:** Tatyana Denise Belo, Gisele Ferreira Kravicz e Sandra Regina Wichert  
6 (Secretaria Municipal de Assistência Social); Maria de Fátima J. Fiebig (Fundação  
7 Municipal Proamor de Assistência Social). **Os conselheiros titulares não**  
8 **governamentais:** Ines Chuy Lopes (Entidades de Proteção Social Especial de Média  
9 Complexidade); Adrianis Galdino da Silva Junior (Profissionais da Área); Gilberto Ferreira (  
10 Entidades de Proteção Social Básica) e Vanderli Ramos Morgestern (Usuários da  
11 Assistência Social). **Os conselheiros governamentais no exercício da titularidade:**  
12 Emerson Correa (Secretaria Municipal de Indústria, Comércio e Qualificação Profissional).  
13 **Os conselheiros não governamentais suplentes:** João Eliseu Montes (Entidades de  
14 Proteção Social Especial de Média Complexidade). Justificaram a ausência: o Presidente  
15 José Geraldo Berger e os conselheiros: Daniele de Antoni Calixto, Leni Aparecida Viana  
16 da Rocha, Regina Rosa Pedrozo Rosa, Keila Cristina Carneiro e Lilian Klimiont. A reunião  
17 teve a seguinte pauta: 1- Apreciação e Aprovação da Pauta; 2 – Aprovação da ata 291; 3-  
18 Informes gerais; 4 – Parecer da Comissão de Documentação e Cadastro; 5- Parecer da  
19 Comissão de Acompanhamento do SUAS; 6- Censo SUAS. A reunião foi presidida pelo  
20 vice-presidente conselheiro Adrianis Galdino da Silva Jr. A reunião teve início com as boas  
21 vindas e discussão da pauta. Aprovada. Colocada em discussão a ata 291, aprovada. 3-  
22 Informes Gerais: Informado sobre os seguintes recebimentos: ofício Nº 218/2017  
23 comunicando que a servidora Mônica Mongruel assumiu a Gerência de Proteção Social  
24 Especial- GPSE; ofício Nº 216/2017 – GPSE comunicando o repasse para a Casa da  
25 Acolhida do recurso financeiro do Piso Paranaense de Assistência Social V – Serviço de  
26 Acolhimento Institucional para Adultos e Famílias, fonte 965. Protocolo Nº 2620096/2017  
27 enviado pelo Instituto Educacional Duque de Caxias – IEDC que discorre sobre a  
28 continuidade do convênio com a Fundação Proamor para a execução do serviço de  
29 Acolhimento Institucional para Deficientes na Unidade Recanto Espírita Maria Dolores.  
30 Ofício Nº 13/2017 do Serviço de Obras Sociais- SOS retificando a data de encerramento  
31 das atividades do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - SCFV para  
32 12/09/2017. Ofício Nº25/2017 do Centro Social Casa do Piá/ABASE notificando que a  
33 Responsável Técnica é a Assistente Social Priscila de Fátima Pinheiro, CRESS Nº 5764.  
34 Item 4 da pauta: Parecer da Comissão de Documentação e Cadastro. Conselheira Sandra  
35 iniciou a leitura informando que foi ouvida a ONG CÉU e a Presidente da ONG relatou as  
36 atividades, basicamente é distribuição de sopa, de órteses (cama hospitalar, muletas,  
37 bengalas) e algumas atividades lúdicas em grupo. Foi orientada pela Comissão a ler a  
38 Tipificação e recebeu o formulário de inscrição e as resoluções, bem como orientações. Se  
39 o interesse pela inscrição continuar deverá entregar a documentação solicitada. A  
40 Comissão analisou a documentação para inscrição da  
41 Associação Beneficente Cristã Tio Barros, como faltaram várias informações o assunto

42 será retomado. O conselheiro Adrianis comentou que o CMAS deverá analisar bem as  
43 solicitações de inscrições e os critérios, para não cancelar mais caridade e garantir a  
44 possibilidade de acesso aos editais. Conselheira Sandra acrescentou que a caridade está  
45 separada da Assistência Social, as entidades não podem fazer serviço tipificado sem  
46 inscrição no conselho, ainda que não recebam recursos públicos. O conselheiro Adrianis  
47 informou que o Lar Guilherme Cavina solicitou autorização do Conselho para fotocopiar os  
48 documentos da Entidade que estão arquivados aqui, foi autorizado porque são  
49 documentos públicos. No próximo item da pauta foi apresentado pela conselheira Tatyana  
50 o parecer da Comissão de Acompanhamento do SUAS. Inicialmente foi colocado que a  
51 Comissão orientou as Entidades APAE e Cepraf Geny Ribas sobre os Decretos que  
52 normatizam a execução dos serviços socioassistenciais e as adequações necessárias. Os  
53 conselheiros discutiram sobre as atividades desenvolvidas pelo Grupo Renascer,  
54 argumentando sobre a continuidade desse serviço, visto que o mesmo não está tipificado.  
55 Conselheira Sandra ressaltou que esta Entidade foi chamada para conversar devido a  
56 preocupação do CMAS com os usuários desse serviço. Na continuidade do parecer da  
57 Comissão, a conselheira Tatyana informou que foi conversado com a APEDEF para a  
58 retomada do atendimento em Residência Inclusiva Mista, foi aberto diálogo com a entidade  
59 para equacionar possíveis problemas e dar ciência quanto a necessidade de mudança  
60 para atendimento também do público masculino. O conselheiro Adrianis lembrou que o  
61 CMAS autorizou a APEDEF a atender somente o público feminino, consta em ata, mas,  
62 neste momento e frente aos decretos que parametrizam as ações dos futuros termos de  
63 colaboração, a necessidade é de Residência Inclusiva mista. A APEDEF se propôs a  
64 retomar o atendimento masculino, contudo solicitou o valor de R\$ 5.000,00 mensais a mais  
65 para contratar um número maior de cuidadores. Colocado para aprovação, foi aprovado  
66 por unanimidade. A Comissão de Acompanhamento do SUAS realizou visita técnica ao  
67 CREAS I, foi verificado que o espaço é condizente com as orientações técnicas,  
68 salubridade, higiene e organização, com fácil acesso e placa de identificação, segundo  
69 preconiza a NOB/SUAS. Na sequência, foram repassadas cópias da Nota Técnica sobre  
70 o responsável técnico das Entidades. Solicitado autorização para postergar o  
71 preenchimento do questionário do CENSO SUAS. No próximo assunto, o conselheiro  
72 Adrianis informou que as crianças do Abrigo Provisório estão comendo comida do  
73 restaurante popular no almoço e sopa no jantar todos os dias, pois a cozinheira teve um  
74 problema de saúde e não pode cozinhar. Após comentar que a situação de higiene não  
75 tem nada de confortável, questionou a chefe da divisão de proteção especial de alta  
76 complexidade - conselheira Gisele sobre a situação explanada. Esta informou que já foi  
77 solicitada a troca da funcionária, mas está demorando. O assunto foi amplamente  
78 discutido, a conselheira Sandra comentou que o Abrigo Provisório foi criado para a criança  
79 ou adolescente ficar, no máximo, cinco dias para resolver a situação ou definir para qual  
80 Entidade será encaminhado, uma vez que os serviços de Acolhimentos não recebem a  
81 noite ou finais de semana. Nos Editais para a alta complexidade foi colocado que os  
82 abrigos para crianças e adolescentes devem receber crianças e adolescente a qualquer  
83 hora do dia ou da noite, todos os dias da semana. Conselheiro Adrianis sugeriu uma  
84 reunião da mesa diretiva do CMDCA com a juíza, o CMAS e a Gestão para dialogar sobre  
85 essa situação que é muito grave e não é possível permitir que crianças e adolescentes  
86 sejam tratados dessa forma. A conselheira Tatyana colocou que, por deliberação do  
87 CEDCA, a ata nº 289 necessita ser assinada novamente contendo o RG e o CPF de todos  
88 os conselheiros. Na sequência, foi apresentada a proposta de abertura de edital para a  
89 modalidade de albergue noturno com previsão de atendimento para 40 pessoas. Esta

90 modalidade de atendimento não está tipificada, consta como abrigo institucional para  
91 adultos, portanto, há a necessidade de normatizar a modalidade de Albergue para adultos  
92 de ambos os sexos no âmbito do município de Ponta Grossa. O financiamento será  
93 integralmente municipal e a execução do serviço poderá ser realizada pela rede  
94 governamental ou não governamental. Colocado em votação, foi aprovado por  
95 unanimidade, **conforme Resolução/CMAS/Nº 35/2017**. Como último ponto da pauta, foi  
96 discutido o pagamento das entidades. O conselheiro João Montes relatou que os  
97 convênios da Fundação Proamor com as Entidades estão novamente com atraso nos  
98 pagamentos, a situação da Associação Melhor Viver está se tornando crítica, o recurso do  
99 Nota Paraná diminuiu, teve uma perda de R\$ 20.000,00 por mês. Este recurso era utilizado  
100 para a construção, estavam trabalhando 06 pedreiros que eram moradores de rua e  
101 usuários de crack, foram recuperados e contratados, contudo, alguns deverão ser  
102 dispensados, e, se não sair a parcela do convênio não terá como pagar a folha de  
103 pagamento no primeiro dia do mês, como é costume da Entidade. Conselheiro Adrianis  
104 disse que esta situação é muito grave e sugeriu a intervenção da Associação das  
105 Entidades. A Gerente da Proteção Social Especial Monica Mongruel foi questionada sobre  
106 o atraso no pagamento das Entidades e respondeu que, após se informar com quem tem  
107 esta competência, disse que o pagamento deve sair até o dia 03/10 e este atraso  
108 aconteceu apenas por um problema judicial. O conselheiro Adrianis expôs suas  
109 preocupações sobre esta situação, com ênfase nos Abrigos que não possuem recursos  
110 para pagar seus funcionários e o sindicato os têm multado, questionou qual é a prioridade  
111 do governo. Os conselheiros discutiram a situação e colocaram que a Política de  
112 Assistência Social tem que ser tratada como prioridade e não como uma política paliativa.  
113 Foi sugerido que as entidades tencionem um aumento no valor do orçamento com força e  
114 lobby. A Sra. Monica comentou sobre a redução de recursos do Governo Federal para a  
115 Política de Assistência Social, em três meses será 1 bilhão e 100 milhões a menos de  
116 investimento para o Brasil inteiro e certamente isso causará impacto em Ponta Grossa e  
117 ressaltou que nas discussões sobre a reestruturação da SMAS esta foi a primeira vez que  
118 os técnicos estão participando das propostas e diretrizes elencadas no documento,  
119 lembrou que o Poder Público não tem a mesma competência das Entidades e pediu um  
120 pouco mais de paciência em relação aos pagamentos. O conselheiro Adrianis finalizou  
121 dizendo que tem visto o esforço de muitos neste sentido, mas não pode perder de vista a  
122 política de assistência e a proteção social integral de toda pessoa que dela precisa, o  
123 comprometimento da equipe técnica nem sempre fala do comprometimento do gestor,  
124 porque os técnicos tem um compromisso ético e também com o ser humano, da mesma  
125 forma as entidades. Finalizada a pauta e nada mais havendo a tratar, o vice-presidente  
126 Adrianis Galdino da Silva Junior encerrou a reunião agradecendo a presença de todos.  
127 Esta ATA foi transcrita pela agente social Maria Aparecida da Silva e redigida pela  
128 secretária executiva Carla Bühner Salles Rosa, após aprovada segue assinada pelos  
129 conselheiros presentes.

130 Adrianis Galdino da Silva Junior \_\_\_\_\_

131 Tatyana Denise Belo \_\_\_\_\_

132 Gisele Ferreira Kravicz \_\_\_\_\_

133 Sandra Regina Wichert Cisco \_\_\_\_\_

134 Maria de Fátima J. Fiebig \_\_\_\_\_

135 Emerson Correa \_\_\_\_\_

- 136 Ines Chuy Lopes\_\_\_\_\_
- 137 João Eliseu Montes\_\_\_\_\_
- 138 Gilberto Ferreira\_\_\_\_\_
- 139 Vanderli Ramos Morgestern\_\_\_\_\_

